



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2023

Concurso Público para Provimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ideais devem ser ditos apenas por aqueles fortes o bastante para cumpri-los.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, leia o texto abaixo.

– *Em que circunstâncias alguém se exalta e defende com ardor uma opinião? “Ninguém sustenta fervorosamente que $7 \times 8 = 56$, pois se pode mostrar que isto é o caso”, observa Bertrand Russell. O ânimo persuasivo só recrudescer e lança mão das artes e artimanhas da retórica quando se trata de incutir opiniões que são duvidosas ou demonstravelmente falsas. – O mesmo vale para o ato de prometer alguma coisa. O simples fato de que uma promessa precisou ser feita indica a existência de dúvida quanto à sua concretização. Só prometemos acerca do que exige um esforço extra da vontade. E quanto mais solene ou enfática a promessa – “Te juro, agora é pra valer!” – mais duvidosa ela é: “O proclamar excessivo”, como dizem os ingleses. “Só os deuses podem prometer, porque são imortais”, adverte o poeta.*

(GIANNETTI, Eduardo. “O paradoxo da promessa”. **Trópicos Utópicos**. 2016, edição eletrônica. Adaptado)

1. Conforme argumenta o autor,
 - (A) a habilidade de persuadir alguém está relacionada com a arte de manipular a opinião alheia.
 - (B) uma opinião infundada ancora-se em fatos que podem ser empiricamente demonstrados.
 - (C) a promessa de que alguma coisa será realizada por si mesma já pressupõe dúvida quanto à concretização do que foi prometido.
 - (D) a motivação que se tem ao se fazer uma promessa é a mesma quando se divulga uma opinião falsa.
 - (E) uma promessa é mais crível quanto maior for a eloquência com que foi proferida.

2. Considerado o contexto, o termo empregado pelo autor cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
 - (A) *artimanha* = frieza
 - (B) *solene* = imperecível
 - (C) *retórica* = exagero da significação linguística
 - (D) *ânimo* = argúcia
 - (E) *recrudescer* = torna-se mais intenso

3. Só prometemos acerca do que exige um esforço extra da vontade. Mantendo o sentido e a correção gramatical, o segmento sublinhado pode ser substituído por:
 - (A) a respeito do que
 - (B) devido ao que
 - (C) por meio do que
 - (D) conforme o que
 - (E) na medida em que

4. O *ânimo persuasivo só recrudescer e lança mão das artes e artimanhas da retórica quando se trata de incutir opiniões* O termo sublinhado acima exerce a mesma função sintática que o também sublinhado em:
 - (A) *Em que circunstâncias alguém se exalta e defende com ardor uma opinião*
 - (B) *O simples fato de que uma promessa precisou ser feita*
 - (C) *Só os deuses podem prometer, porque são imortais*
 - (D) *Ninguém sustenta fervorosamente que $7 \times 8 = 56$, pois se pode mostrar que isto é o caso*
 - (E) *O mesmo vale para o ato de prometer alguma coisa*

5. A derivação imprópria é um processo em que uma palavra muda de classe gramatical sem mudar de forma. Observa-se a ocorrência de derivação imprópria no seguinte segmento:
 - (A) *Só os deuses podem prometer*
 - (B) *alguém se exalta*
 - (C) *sustenta fervorosamente*
 - (D) *O proclamar excessivo*
 - (E) *demonstravelmente falsas*



6. Uma pontuação alternativa para um segmento do texto, mantendo a correção e o sentido original, está em:
- (A) O mesmo vale para o ato de, prometer alguma coisa
 - (B) quando se trata de incutir opiniões, que são duvidosas ou demonstravelmente falsas
 - (C) Ninguém sustenta, fervorosamente, que $7 \times 8 = 56$
 - (D) Só prometemos acerca do que, exige um esforço extra da vontade
 - (E) Em que circunstâncias alguém, se exalta, e defende com ardor uma opinião
-
7. Ele jurou: – É pra valer!
- Ao se transpor o texto acima para o discurso indireto, a forma verbal resultante será:
- (A) fosse.
 - (B) era.
 - (C) fora.
 - (D) seria.
 - (E) foi.
-
8. Observa-se a ocorrência da figura de linguagem conhecida como personificação no seguinte trecho:
- (A) *O ânimo persuasivo só recrudesce e lança mão das artes e artimanhas da retórica*
 - (B) *E quanto mais solene ou enfática a promessa*
 - (C) *Em que circunstâncias alguém se exalta e defende com ardor uma opinião*
 - (D) *O simples fato de que uma promessa precisou ser feita*
 - (E) *Ninguém sustenta fervorosamente que $7 \times 8 = 56$*
-
9. Está correta a redação do seguinte comentário a respeito do assunto do texto:
- (A) Prometer ainda que sobre coisas aparentemente corriqueiras, para os ingleses, configuram habilidades restritas aos deuses, que são imortais.
 - (B) Dos mais ardilosos aos mais ingênuos, talvez não se encontre aqueles que nunca tenham tentado defender uma ideia que carece de comprovação.
 - (C) Ainda que antes do advento da internet, quantos conceitos, amplamente divulgados, não teria sofrido mudança significativa ao longo de curto período de tempo?
 - (D) Tantas promessas nos foram feitas ao longo do tempo que é difícil saber quantas ainda têm a possibilidade de serem cumpridas.
 - (E) Ideias diametralmente opostas, mas defendidas com ardor, convivem na atualidade, comprovando que a persuasão faz mais sentido diante de fatos que ainda não se comprovou.
-
10. *Ninguém sustenta fervorosamente que $7 \times 8 = 56$, pois se pode mostrar que isto é o caso*
- Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, o termo sublinhado pode ser substituído por:
- (A) conquanto
 - (B) quando
 - (C) porquanto
 - (D) todavia
 - (E) contanto
-
11. Consta do **Manual de Redação da Presidência da República**, para fins didáticos, o seguinte exemplo de texto mal construído:
- Apurado, com impressionante agilidade e precisão, naquela tarde de 2009, o resultado da consulta à população, verificou-se que a esmagadora e ampla maioria da população daquele distante estado manifestou-se pela efusiva e indubitável rejeição da alteração realizada pela Lei nº 11.662/2008. Não satisfeita, inconformada e indignada, com a nova hora legal vinculada ao terceiro fuso, a maioria da população demonstrou que a ela seria melhor regressar ao quarto fuso, estando cinco horas a menos que em Greenwich.*
- (O exemplo de período mal construído foi elaborado, para fins didáticos, a partir do exemplo de período bem construído, por sua vez, extraído da Exposição de Motivos Interministerial no 51/MCTI/MRE/MPOG, de 21 de dezembro de 2011)
- Considerando as recomendações do **Manual de Redação da Presidência da República**, o texto acima deve ser corrigido, pois nele
- (A) há abuso no emprego de adjetivos, o que lhe confere carga afetiva injustificável em texto oficial.
 - (B) repete-se o termo *população*, o que prejudica a clareza e a coesão do texto oficial.
 - (C) apresentou-se tempo verbal incompatível com o sentido que se quer conferir ao texto oficial em *Apurado*.
 - (D) faltam conjunções, o que prejudica a ligação entre os períodos apresentados.
 - (E) emprega-se a língua de modo simplório, recorrendo-se a reiteradas figuras de linguagem.



Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência

12. Considere a seguinte situação hipotética: em uma área de estacionamento de veículos, localizada em via pública, há um total de 100 (cem) vagas. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Portanto, na hipótese narrada, as vagas para veículos destinados a esse público serão
- (A) quinze.
 - (B) cinco.
 - (C) dez.
 - (D) duas.
 - (E) três.
-
13. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à saúde da pessoa com deficiência:
- (A) é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
 - (B) não é admissível a participação da pessoa com deficiência na elaboração de políticas de saúde a ela destinadas, mas deverá ser garantida à sua família tal participação.
 - (C) as ações e serviços de saúde pública devem assegurar, dentre outros, serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para alguns tipos de deficiência somente, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.
 - (D) as operadoras de planos e seguros privados de saúde não estão obrigadas a garantir à pessoa com deficiência todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
 - (E) são diversas as ações e serviços sobre saúde pública destinados à pessoa com deficiência, não se enquadrando, no entanto, nesse rol, o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência.

Noções de Sustentabilidade

14. De acordo com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, material de consumo corresponde a todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a
- (A) 5 anos.
 - (B) 3 anos.
 - (C) 4 anos.
 - (D) 2 anos.
 - (E) 10 anos.
15. Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, o Plano de Logística Sustentável (PLS) é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos. Acerca do tema, o PLS
- (A) não deve ser composto por indicadores de desempenho relacionados à qualidade de vida no ambiente de trabalho, vez que tal tema não se amolda ao objetivo do plano.
 - (B) tem por objetivo uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão fragmentada do órgão.
 - (C) configura-se como instrumento da Política de Governança de Contratações do órgão, e sua gestão deve ser efetivada por órgãos externos ao Poder Judiciário.
 - (D) será instituído por ato do Presidente da República e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão.
 - (E) visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Código de Ética e Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

16. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região,
- (A) o quórum mínimo de funcionamento do Tribunal Pleno é de metade mais um de sua composição, excluído o Presidente.
 - (B) quando dois ou mais Magistrados do Tribunal forem parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, o primeiro que votar excluirá a participação do outro ou dos outros no julgamento.
 - (C) o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região é composto por 11 Desembargadores do Trabalho.
 - (D) compõem as Turmas o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.
 - (E) as Turmas do Tribunal serão compostas por 05 Desembargadores, sob a presidência de um dos seus membros, eleito para tal finalidade por seus integrantes.



17. Considere duas situações hipotéticas: Júlio, servidor público efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, utilizou sistemas e canais de comunicação do Tribunal para a propagação e divulgação de propaganda comercial. Já Carlos, servidor detentor de cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, manteve, sob subordinação hierárquica, parente em linha colateral de terceiro grau. Sobre o tema, segundo as disposições da Resolução Administrativa nº 23/2021 (Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região),
- (A) nenhuma das condutas constitui vedação a Júlio e Carlos, tendo em vista que ambas as situações narradas estão previstas no Código de Ética como exceções às vedações.
 - (B) apenas a primeira conduta constitui vedação prevista no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.
 - (C) a conduta de Júlio é admitida pelo Código de Ética, não constituindo, portanto, vedação; já Carlos, por ser detentor de cargo em comissão, não está sujeito às disposições do Código de Ética, embora tenha praticado conduta vedada pelo aludido regramento.
 - (D) apenas a segunda conduta constitui vedação prevista no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, estando Carlos sujeito às suas disposições.
 - (E) ambas as condutas constituem vedações a Júlio e Carlos, por estarem expressamente previstas no Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Noções de Google Workspace

18. Após fazer *login* na sua conta do Google Workspace, configurada para usar o idioma português, um Técnico Administrativo deseja criar um documento de texto. Para isso, clicou na ferramenta Google Apps, ao lado da sua foto do perfil, clicou na opção "Documentos" e clicou no botão com um sinal de mais (+) com legenda "Em branco". Em seguida, informou o título do documento, digitou seu conteúdo e, no final, clicou no botão "Compartilhar". Na janela que se abriu, o Técnico poderá adicionar pessoas e grupos com quem deseja compartilhar ou definir a forma de acesso geral via *link*, que pode ser
- (A) "Compartilhar *link*", "Redes sociais" ou "Incorporação a uma página HTML".
 - (B) "URL curto", para encurtar o *link* de compartilhamento ou "Via *e-mail*", para encaminhar o *link* para o *e-mail* das pessoas com quem deseja compartilhar.
 - (C) "Restrito" a pessoas com conta Google ou "Qualquer pessoa com o *link*", mesmo sem conta Google.
 - (D) "Corporativo", apenas para usuários que fazem parte da organização ou "Qualquer pessoa", apenas para usuários com conta Google.
 - (E) "Enviar por *e-mail*", "Compartilhar via *link*" ou "Compartilhar via Redes sociais".
-
19. Após fazer *login* na sua conta do Google Workspace configurada para usar o idioma português, em um computador com o Sistema Operacional Windows, um Técnico Administrativo clicou na opção Drive, para acessar sua pasta no Google Drive. Na pasta, selecionou um documento que deseja abrir para editar e, para abri-lo em uma nova guia do navegador, pressionou
- (A) F3
 - (B) CTRL + Enter
 - (C) F5
 - (D) Alt + Enter
 - (E) SHIFT + Enter
-
20. Após fazer *login* na sua conta do Google Workspace, configurada para usar o idioma português, um Técnico Administrativo clicou na opção Agenda. Para adicionar um evento na agenda, clicou em Criar e selecionou a opção Evento. Na janela que apareceu, informou o título do evento e selecionou a data e hora. Outras opções disponíveis nesta janela são: Adicionar local, Adicionar convidados, Adicionar descrição ou anexos e Adicionar
- (A) assistente de acessibilidade automático.
 - (B) videoconferência do Google Meet.
 - (C) confirmação obrigatória de resposta de convite.
 - (D) gravação automática do evento.
 - (E) assistente de monitoramento e resposta.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito do Trabalho

21. Cibele e Manoel integram a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da empresa na qual trabalham, a Metalúrgica Bem S/A. Cibele é representante do empregador e Manoel é representante dos empregados. A empresa, visando o corte de gastos, dispensa sem justa causa dez empregados, entre eles Cibele e Manoel, durante a vigência de seus mandatos, indenizando o aviso prévio de ambos. Considerando a situação de fato e a previsão na lei e na CLT,
- (A) nenhum empregado membro da CIPA pode ser dispensado sem justa causa durante o mandato e até um ano após o término do mesmo.
 - (B) tanto Cibele quanto Manoel podem ser dispensados, porque o aviso prévio indenizado supre qualquer garantia no emprego.
 - (C) Cibele, por ser representante do empregador junto à CIPA, exercendo cargo de confiança, não poderá ser dispensada, exceto por justa causa.
 - (D) não existe óbice legal para a dispensa de Cibele; já Manoel tem garantia provisória no emprego e não poderia ser dispensado sem justa causa, sem a devida indenização pela estabilidade.
 - (E) não existe óbice legal para a dispensa de Manoel; já Cibele tem garantia provisória no emprego e não poderia ser dispensada sem justa causa, sem a devida indenização pela estabilidade.
-
22. Tomás está se preparando para um concurso público e no momento está estudando sobre a prescrição no Direito do Trabalho. Considere:
- I. Contra o menor de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição, razão pela qual extinto o contrato de trabalho antes do empregado completar a maioridade, o marco inicial da contagem prescricional para ajuizar reclamação trabalhista é o dia em que completar esta idade e o termo final será dois anos depois.
 - II. De acordo com a legislação vigente, o prazo para ajuizamento de reclamação trabalhista será de dois anos após o término do contrato de trabalho, projetando-se o período do aviso prévio indenizado, que comporá tal lapso temporal.
 - III. O marco inicial da retroação do quinquênio prescricional conta-se da data do término da relação de emprego.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
23. Considere:
- I. Gioconda é atendente de mercado e presta serviços de forma alternada, intercalada, apresentando períodos de atividade e de inatividade.
 - II. Nelson é conferente de carga e presta serviços esporádicos, de curta duração e a diversos tomadores, sem se fixar a qualquer um deles, sendo que sua contratação somente ocorre por meio de uma entidade específica, como um sindicato.
 - III. Néia é contadora e desenvolve seu trabalho por conta própria, com independência, não se subordinando às ordens e ao controle do tomador de serviços.
- Diante do exposto, Gioconda, Nelson e Néia podem ser enquadrados, respectivamente, na qualidade de:
- (A) intermitente, avulso e autônoma.
 - (B) avulsa, intermitente e autônoma.
 - (C) autônoma, eventual e intermitente.
 - (D) eventual, avulso e intermitente.
 - (E) intermitente, eventual e avulsa.
-
24. Sergio é professor e casou-se pretendendo usufruir de sua licença-gala. Mirtes também é professora e está de luto, ante o falecimento de sua mãe. Celeste é irmã de Mirtes e, como vendedora de loja, também irá ausentar-se para usufruir de sua licença-ano. De acordo com a CLT, Sergio, Celeste e Mirtes têm direito ao gozo de licença, respectivamente, de
- (A) 9, 3 e 3 dias.
 - (B) 9, 9 e 2 dias.
 - (C) 3, 3 e 2 dias.
 - (D) 3, 3 e 3 dias.
 - (E) 3, 9 e 3 dias.



25. Lumiere Indústrias de Calçados e ABC Posto de Combustíveis Ltda. são empresas que integram o mesmo grupo econômico. Pretendendo concentrar seus esforços no negócio da produção de calçados, os proprietários e gestores das empresas vendem a ABC para a empresa Movimento Negócios Imobiliários Ltda. Após um ano de venda da ABC para a Movimento, a Lumiere começou a passar por dificuldades financeiras e deixou de pagar diversos direitos trabalhistas de seus empregados. Considerando esse cenário, os trabalhadores que não receberam seus direitos da empregadora Lumiere, conforme a CLT e entendimento pacificado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),
- (A) podem pleitear a responsabilidade solidária da Movimento, como sucessora, pois esta adquiriu a ABC, que era empresa integrante do mesmo grupo econômico da Lumiere.
 - (B) podem pleitear a responsabilização solidária da ABC, por ter sido integrante do mesmo grupo econômico.
 - (C) não podem pleitear a responsabilidade solidária da Movimento, pois o sucessor não responde por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (D) não podem pleitear a responsabilidade solidária da Movimento, pois a mesma fez uma aquisição apenas parcial, ou seja, de apenas uma das empresas integrantes do grupo econômico, o que não caracteriza sucessão.
 - (E) não podem pleitear a responsabilidade solidária da Movimento, mas sim a responsabilidade subsidiária em razão da aquisição de empresa integrante do grupo econômico, ainda que, à época, a empresa devedora direta fosse solvente ou idônea economicamente.
26. Considere as seguintes afirmativas:
- I. Categoria econômica é aquela na qual a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o seu vínculo social básico.
 - II. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho prevalecem sobre a lei quando dispuserem, entre outros, sobre regulamento empresarial, representante dos trabalhadores no local de trabalho e enquadramento do grau de insalubridade.
 - III. O prazo da convenção ou acordo coletivo é de 1 ano, vedada a ultratividade.
 - IV. As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.
27. Fábio é bombeiro civil e trabalha dentro de um Aeroporto Internacional. Diariamente, ele se desloca 30 minutos para chegar ao seu posto de trabalho, situado no interior do aeroporto, especificamente no setor de combate a incêndio de aeronaves. Ao término de sua jornada, demora mais trinta minutos para deixar o local de trabalho, sempre dentro de uma van fornecida pela empresa. Diante dessa situação hipotética, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, Fábio
- (A) somente teria direito à hora extra se marcasse seu ponto na portaria ou local de chegada ao trabalho e se utilizasse de transporte público regular para atingir seu posto de trabalho.
 - (B) não tem direito à hora extra, pois o tempo gasto para chegada no local de trabalho, servido por transporte fornecido pelo empregador, não é considerado para cômputo da jornada de trabalho.
 - (C) tem direito a apenas 50 minutos extras, uma vez que existe uma tolerância de 10 minutos diários para marcação do ponto, que não se computam na jornada diária de trabalho.
 - (D) tem direito a uma hora extra por dia, uma vez que o tempo de deslocamento entre a portaria e o local efetivo de trabalho é considerado tempo à disposição do empregador.
 - (E) tem direito apenas ao adicional de periculosidade, por estar exposto a material inflamável e/ou explosivo durante sua jornada de trabalho.
28. Marcelo é empregado rural na Fazenda Santa Rosa, produtora de soja, trabalhando de segunda a sexta-feira, das 21:00 horas, às 5:00 horas, com intervalo de uma hora para refeição. Considerando a situação relatada e, de acordo com a CLT,
- (A) a hora noturna de Marcelo será computada como sendo de 60 minutos e terá direito a adicional noturno de 25%.
 - (B) a hora noturna rural é reduzida, sendo de 52 minutos e 30 segundos, sendo que o adicional noturno é de 25%.
 - (C) não há previsão de hora noturna rural reduzida e o adicional noturno é de 20%.
 - (D) a hora noturna rural é reduzida, sendo de 52 minutos e 30 segundos, sendo que o adicional noturno é de 20%.
 - (E) a hora noturna de Marcelo será computada como sendo de 60 minutos e terá direito a adicional noturno de 20%.

**Noções de Direito Processual do Trabalho**

29. As reclamadas Roupas Estilo Ltda. e Caimento Perfeito Ltda. foram condenadas solidariamente na reclamação trabalhista movida por Edna. Ambas interpuseram recursos ordinários, em separado. Roupas Estilo discute os valores da condenação. Já Caimento Perfeito alega ser parte manifestamente ilegítima, uma vez que nunca teve qualquer relação jurídica com a 1ª reclamada, nem com a reclamante, reiterando os termos de sua defesa, que pedia a sua exclusão da lide. Apresentam duas guias de custas, pagas por cada recorrente, e uma guia de depósito recursal no valor vigente, em nome da Caimento Perfeito. Nesse caso, de acordo com o entendimento sumulado do TST e da legislação vigente, o juiz, ao exercer o juízo de admissibilidade, deve
- (A) deixar de decidir a questão, remetendo os autos ao Tribunal, que fará o juízo de admissibilidade dos recursos.
 - (B) dar prosseguimento a ambos os recursos.
 - (C) negar seguimento ao recurso da Caimento Perfeito e dar prosseguimento ao da Roupas Estilo.
 - (D) trancar seguimento a ambos os recursos.
 - (E) negar seguimento ao recurso da Roupas Estilo e dar prosseguimento ao da Caimento Perfeito.
30. Uma sociedade de economia mista do Estado do Rio Grande do Norte contestou reclamação trabalhista que lhe movia Abrão, produzindo provas em juízo. O feito foi julgado procedente em parte, pretendendo a sociedade ingressar com recurso ordinário. De acordo com a CLT, seu prazo, em dias úteis, será de:
- (A) 30 dias.
 - (B) 16 dias.
 - (C) 15 dias.
 - (D) 8 dias.
 - (E) 5 dias.
31. Mariana, por meio de reclamação trabalhista, pleiteia diferenças de horas extras em face da sua ex-empregadora, a Contábil Juiz de Fora Ltda. Na data da audiência UNA, no horário previsto, estavam presentes Mariana e seu advogado, mas apenas o advogado da reclamada, que já havia protocolizado a defesa e documentos através do PJe. O advogado de Mariana requereu a aplicação de revelia e confissão quanto à matéria de fato, além de que não fossem recebidos a contestação e os documentos. Diante dessa situação hipotética, nos termos da CLT, o juiz deverá
- (A) deixar de aplicar a revelia e confissão quanto à matéria de fato, pois houve o ânimo de defesa da empresa no comparecimento de seu advogado e juntada de contestação e documentos.
 - (B) aplicar a revelia e confissão quanto à matéria de fato, tendo em vista a ausência do preposto, mas receber a defesa, considerando os documentos juntados.
 - (C) aplicar apenas a confissão quanto à matéria de fato, pela ausência do preposto à audiência.
 - (D) aplicar apenas a revelia, pela ausência do preposto à audiência.
 - (E) aplicar a revelia e confissão quanto à matéria de fato, tendo em vista a ausência do preposto, deixando de receber a defesa e os documentos juntados.
32. Carolina, professora de artes, lecionou na Escola Aquarela, movendo, posteriormente, reclamação trabalhista. A referida ação foi julgada procedente em parte, sendo que o pedido negado estava fundamentado na aplicação incontroversa de Súmula do TST a respeito da matéria. O Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença, aclarando-a depois dos Embargos de Declaração interpostos por Carolina para suprir omissão do julgado. A medida judicial cabível nesse momento é o
- (A) recurso de revista.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) agravo de petição.
 - (D) recurso ordinário.
 - (E) recurso extraordinário.
33. Eleonora move reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador e da União, como responsável subsidiária, em virtude de ter sido a tomadora de serviços. A sentença julgou procedente em parte seus pedidos, transitando em julgado. Com a regular liquidação por cálculos, os mesmos foram homologados, sendo que Eleonora tem direito a receber R\$ 10.000,00 de seu ex-empregador, com a condenação subsidiária da União. Esgotadas todas as possibilidades de execução contra a empresa, sem sucesso, Eleonora requereu ao juiz o direcionamento da execução em face da União, que foi citada, mas discordou dos cálculos apresentados, reputando-os excessivos. Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor,
- (A) a Lei prevê que sendo o ente público o devedor, ainda que subsidiário, bastará depositar 20% do valor homologado para ajuizar embargos à execução.
 - (B) caberá à União depositar o valor da dívida e, então, no prazo legal, ajuizar embargos à execução.
 - (C) se a União não depositar voluntariamente a quantia, terá bens penhorados no valor da dívida e, após, poderá ajuizar embargos à execução.
 - (D) a Lei prevê que sendo o ente público o devedor, ainda que subsidiário, bastará depositar metade do valor homologado para ajuizar embargos à execução.
 - (E) é desnecessária a garantia do juízo para a União ajuizar embargos à execução.



34. Carlos ajuizou reclamação trabalhista pelo rito sumaríssimo em face da Porcelanas Brasileiras Ltda. no início de fevereiro, pleiteando verbas trabalhistas que entende devidas ao longo de um ano que prestou serviços como vendedor. A Vara do Trabalho para a qual o processo foi distribuído está com sua pauta em dia, tendo comprovadamente ocorrido a citação da reclamada em 8 de fevereiro (quarta-feira) e designada a audiência UNA para o dia 10 de fevereiro (sexta-feira). Todos os dias da referida semana são úteis. Diante dos fatos e do que dispõe a CLT,
- (A) a data marcada é inválida para a audiência porque a Lei determina um interregno mínimo de 8 dias úteis contados da citação.
 - (B) a Justiça do Trabalho deve primar pela celeridade, daí porque a designação de audiência breve é válida, uma vez que respeitado o prazo legal de 48 horas.
 - (C) a audiência deve ser remarçada, se houver pedido da reclamada, porque não se observou prazo mínimo de 5 dias entre a citação e a designação de audiência.
 - (D) no rito sumaríssimo é válida a data da audiência designada, que prima pela celeridade, sendo que, se fosse no rito ordinário, a reclamada poderia requerer designação de nova data.
 - (E) a audiência deve ser remarçada, se houver pedido da reclamada, porque não se observou prazo mínimo de 15 dias entre a citação e a designação de audiência.
35. Em uma reclamação trabalhista que se encontra na fase de execução e diante da extrema complexidade dos cálculos, o juiz determinou a liquidação a cargo de um perito judicial. Apresentado o laudo, em que pese ambas as partes discordarem das contas apresentadas pelo especialista, elas foram homologadas pelo juiz. A sociedade empresária garantiu o juízo e ajuizou embargos à execução, enquanto o exequente apresentou impugnação à sentença de liquidação. O juiz julgou improcedentes ambas as ações, mantendo a homologação já feita. Somente a sociedade empresária interpôs agravo de petição no prazo legal. Sobre o caso, considerando os fatos narrados e o entendimento consolidado do TST,
- (A) no prazo de contrarrazões, o exequente poderá, querendo, interpor agravo de petição de forma adesiva.
 - (B) o recurso adesivo não é aceito na Justiça do Trabalho porque a CLT é omissa a respeito.
 - (C) caberá ao exequente apenas apresentar contrarrazões, pois o recurso adesivo só tem cabimento para os recursos ordinário e de revista.
 - (D) agravo de petição adesivo é aceito na seara trabalhista, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (E) o agravo de petição como recurso adesivo não é aceito na Justiça do Trabalho porque a CLT é omissa a respeito.
36. Helena ajuizou reclamação trabalhista, na qual requereu o pagamento do 13º salário integral do último ano trabalhado, no valor de R\$ 1.500,00, indicando o referido valor à causa. A sociedade empresária alegou, em defesa, a quitação regular da verba em questão, mas não comprovou tal fato. Em razão disso, o pedido foi julgado procedente, tendo o juiz proferido sentença líquida cujo valor, já incluídos juros e correção monetária, passou a ser de R\$ 1.550,00. A reclamada pretende recorrer. Sobre esse caso, de acordo com as leis de regência,
- (A) o juiz deverá submeter a decisão ao duplo grau de jurisdição obrigatoriamente, tendo em vista a natureza salarial da condenação.
 - (B) a sociedade empresária poderá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias.
 - (C) o juiz deverá submeter a decisão ao duplo grau de jurisdição obrigatoriamente, uma vez que a condenação é inferior a 5 salários mínimos.
 - (D) a sociedade empresária poderá interpor recurso ordinário contra a sentença, mas deverá comprovar o recolhimento de custas e depósito recursal.
 - (E) o recurso ordinário não será admitido, haja vista o valor da condenação e a matéria tratada.

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 37 a 41, considere a Constituição Federal de 1988.

37. Guilherme foi eleito em 2022, pela primeira vez, Governador do Estado "X", enquanto Sebastião está em seu primeiro mandato de Prefeito em um Município localizado no mesmo Estado. Ambos pretendem se candidatar para Governador do Estado "X" nas próximas eleições que ocorrerão em 2026. Considerando que Sebastião seja reeleito Prefeito em 2024, com base apenas nas informações fornecidas, com relação às eleições para Governador em 2026, Guilherme
- (A) poderá ser reeleito para um único período subsequente, e Sebastião poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeito até quatro meses antes do pleito.
 - (B) poderá ser reeleito, para um único período subsequente, e Sebastião poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
 - (C) não poderá ser reeleito, e Sebastião poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
 - (D) não poderá ser reeleito, e Sebastião poderá se candidatar se renunciar ao mandato de Prefeito até quatro meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser reeleito para dois períodos subsequentes, e Sebastião será inelegível para o cargo pretendido, uma vez que estará no exercício do seu segundo mandato de Prefeito.



38. Fernando é contador e compareceu em um evento social privado familiar. Após alguns dias, verificou que estava sendo divulgada, nas redes sociais, uma imagem de seu rosto captada em referido evento, sem sua autorização e de forma vexatória, para fins comerciais. A imagem de Fernando
- (A) é inviolável, assegurado o direito a indenização apenas pelo dano moral decorrente de sua violação.
 - (B) é inviolável, assegurado o direito a indenização apenas pelo dano material decorrente de sua violação.
 - (C) é inviolável, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - (D) não é inviolável nesse caso, não fazendo jus a qualquer indenização, pois ele estava em um evento e, por essa razão, a autorização para divulgação de imagens é sempre tácita.
 - (E) não é inviolável, pois a autorização em evento é sempre tácita, cabendo, contudo, direito a indenização apenas por dano material decorrente de sua violação.
-
39. Renato, servidor público abrangido por regime próprio da previdência social, sofreu um acidente automobilístico que o incapacitou permanentemente para o trabalho. Considerando apenas as informações fornecidas, Renato será aposentado no cargo em que estiver investido,
- (A) se insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de apenas uma avaliação após cinco anos da concessão da aposentadoria para confirmação da continuidade das condições que a ensejaram, na forma de lei do respectivo ente federativo.
 - (B) mesmo que suscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
 - (C) se insuscetível de readaptação, não sendo necessária a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, tendo em vista ser a incapacidade permanente.
 - (D) mesmo que suscetível de readaptação, não sendo necessária a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, tendo em vista ser a incapacidade permanente.
 - (E) se insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
-
40. Valentino e Clara, argentinos, vieram passar as férias no Brasil, onde Clara deu à luz Juan Carlos. Letícia, brasileira, estava na Alemanha a serviço do Brasil, lá nascendo sua filha Jade. Com base apenas nas informações fornecidas, Juan Carlos
- (A) não é brasileiro e Jade é brasileira nata.
 - (B) é brasileiro naturalizado e Jade é brasileira nata.
 - (C) e Jade são brasileiros naturalizados.
 - (D) e Jade são brasileiros natos.
 - (E) não é brasileiro e Jade é brasileira naturalizada.
-
41. Ana Carla é bacharel em direito e exerce há dois anos atividade jurídica, não sendo inscrita, entretanto, na Ordem dos Advogados do Brasil. Ana Carla pretende prestar concurso público de provas e títulos para ingressar na carreira da magistratura. Considerando apenas as informações fornecidas, na situação em que se encontra, Ana Carla
- (A) não pode ingressar na carreira mencionada, pois exigem-se, no mínimo, três anos de atividade jurídica.
 - (B) pode ingressar na carreira mencionada, pois exigem-se, no mínimo, dois anos de atividade jurídica, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases do concurso.
 - (C) não pode ingressar na carreira mencionada, pois exigem-se, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica.
 - (D) pode ingressar na carreira mencionada, pois exigem-se, no mínimo, dois anos de atividade jurídica, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil apenas na fase oral do concurso.
 - (E) não pode ingressar na carreira da magistratura, apesar de cumprir o requisito referente ao período mínimo de dois anos exigido de atividade jurídica, pois não é inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, entidade que participa de todas as fases do concurso.

Noções de Direito Administrativo

42. A propósito da indicação de marcas no processo licitatório, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estatui que
- (A) é vedada a indicação de marcas, pois isso fere a isonomia do processo licitatório.
 - (B) é possível vedar a contratação de determinada marca, quando comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.
 - (C) a indicação de marca é possível apenas para servir de referência, em termos de qualidade do objeto licitado.
 - (D) somente se admitirá a indicação de marca quando houver necessidade de padronização do objeto licitado.
 - (E) a indicação de marca sempre será possível, pois se trata de amplo exercício discricionário da Administração, embasado no princípio da supremacia do interesse público.



43. No que se refere às entidades da Administração Indireta federal, o controle administrativo por meio do regime de "tutela", também chamado de "supervisão",
- (A) é aplicável apenas às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando as pessoas jurídicas de direito privado, sujeitas a regime de mais ampla autonomia.
 - (B) consiste na subordinação hierárquica da entidade da Administração Indireta a determinado órgão da Administração Direta, geralmente, um Ministério.
 - (C) não alcança as agências reguladoras, em decorrência de sua natureza especial.
 - (D) pressupõe, independentemente de previsão legal, a possibilidade de interposição de recurso em face das decisões tomadas pela maior autoridade da entidade da Administração Indireta, devendo ser dirigido à autoridade da Administração Direta à qual está vinculada.
 - (E) limita-se à nomeação dos respectivos dirigentes, pois tais entidades são dotadas de capacidade de autoadministração.

44. A propósito dos cargos públicos, considere:

- I. A criação de cargos públicos pode se dar por lei ou por decreto.
- II. A investidura de cargo público ocorrerá com a posse.
- III. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.
- IV. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Nos termos da Lei do Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), está correto o que consta APENAS de

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

45. Tendo conhecimento de uma ilegalidade envolvendo a execução de uma obra pública federal já concluída, um cidadão noticiou o fato ao Tribunal de Contas da União, que, diante das evidências apresentadas, instaurou processo de tomada de contas especial para apuração do provável ilícito. Tendo em vista a tipologia do controle da Administração pública, classifica-se a manifestação acima descrita como controle

- (A) externo, por provocação e posterior.
- (B) interno, por provocação e preventivo.
- (C) judicial, de ofício e repressivo.
- (D) externo, de ofício e concomitante.
- (E) interno, de ofício e posterior.

46. A Lei de Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) dispõe, acerca da instrução dos processos:

- (A) É vedado à Administração recusar as provas propostas pelos interessados, pois isso ofende o direito de ampla defesa.
- (B) As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se sempre a pedido da parte interessada.
- (C) Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, deve ser fixado prazo razoável para que o próprio interessado diligencie a vinda de tais elementos aos autos.
- (D) Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.
- (E) Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

**Noções de Administração e Gestão**

47. De acordo com o que preconiza o PMBOK, publicação de referência do *Project Management Institute* para gestão de projetos, a denominada Estrutura Analítica do Projeto – EAP corresponde
- (A) à análise prévia que deve ser feita em relação a qualquer projeto que a organização pretenda executar, para avaliar os benefícios esperados vis a vis os custos incorridos.
 - (B) à matriz de risco do projeto, que aponta os eventos que podem impactar sua execução e o correspondente grau de probabilidade e criticidade.
 - (C) a uma representação gráfica organizada do projeto, apontando os denominados “pacotes de trabalho”, compostos por atividades que podem ser executadas e gerenciadas de forma independente.
 - (D) ao escrutínio dos resultados obtidos com a execução do projeto e a correspondente avaliação do ponto de vista dos impactos produzidos na organização.
 - (E) ao núcleo de gestão estratégica do projeto, responsável pelo gerenciamento de escopo e encarregado do monitoramento de todas as ações necessárias para sua execução.
-
48. Considere que determinada organização pretenda utilizar a Matriz SWOT como uma das ferramentas no âmbito do seu planejamento estratégico, imaginando que, com isso, conseguirá uma análise do ambiente interno e externo à organização. Considerando as características de tal ferramenta, tal intenção afigura-se
- (A) equivocada, eis que o resultado esperado a partir da aplicação da matriz consiste em identificar a missão, visão e os valores da organização.
 - (B) factível, eis que com o uso da matriz busca-se identificar as forças e fraquezas presentes internamente, além das ameaças e oportunidades existentes no ambiente em que a organização está inserida.
 - (C) parcialmente factível, na medida em que a matriz apenas analisa as forças e fraquezas presentes na organização, com vistas à proposição de ações a serem inseridas no planejamento estratégico.
 - (D) parcialmente factível, eis que os resultados esperados com a aplicação da matriz referem-se, exclusivamente, à análise do cenário externo, como instrumento de gestão de riscos.
 - (E) factível, eis que a aplicação da matriz tem como escopo específico a identificação dos talentos internos e dos *benchmarks* presentes no mercado em que a organização atua.
-
49. De acordo com a metodologia proposta pela *Society for Design and Process Science* – SDPS, os denominados processos interoperados
- (A) constituem subsistemas de um mesmo processo, que podem ser atribuídos a diferentes agentes, porém demandam gestão única para mitigar o risco de inconsistências.
 - (B) são aqueles mais precários em termos de grau de conhecimento das equipes envolvidas, eis que demandam intervenções constantes de outros agentes.
 - (C) situam-se no nível 2, intermediário, em termos de maturidade, apenas atrás dos processos emulados, sendo que ambos não possuem o grau mínimo desejável de padronização.
 - (D) são também denominados macroprocessos, eis que correspondem a um sistema integrado de processos autônomos, porém relacionados em termos de *outputs*.
 - (E) correspondem ao nível 5 em termos de grau de maturidade, levando em conta a minimização de riscos e de efeitos indesejados.
-
50. As funções e atividades envolvidas na gestão de riscos, na forma preconizada pelo Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, são atribuídas a agentes ou órgãos de primeira, segunda e terceira linha, sendo que
- (A) a auditoria externa e o TCU integram, respectivamente, a segunda e terceira linhas, sendo responsáveis pela verificação de conformidade e suficiência dos sistemas internos de gestão e monitoramento de riscos.
 - (B) a primeira linha é composta pelos comitês de gestão de risco e pelos órgãos de *compliance* e conformidade e tem o papel de evitar a materialização dos riscos, propondo medidas de contenção e, quando não viáveis, ações de mitigação.
 - (C) os órgãos de gestão integram a segunda e terceira linhas e são responsáveis por comunicar aos órgãos de primeira linha (alta liderança) os eventos de risco materializados ou na iminência de ocorrerem.
 - (D) a auditoria interna integra a terceira linha e tem entre suas atribuições fornecer às instâncias de governança avaliação objetiva acerca da gestão e reporte dos riscos considerados críticos e do desenho e operação dos processos de gestão de riscos na organização.
 - (E) o TCU, embora não integre nenhuma das linhas, é responsável pela validação do modelo de gestão de riscos, devendo aprovar, anualmente, o plano de auditoria interna, a matriz de riscos da organização jurisdicionada e os integrantes da primeira linha.

**Noções de Direito Civil**

51. Os atos jurídicos
- (A) são eventos decorrentes de forças da natureza que produzem consequências jurídicas.
 - (B) são fatos jurídicos voluntários.
 - (C) tanto podem derivar da vontade do homem como de obra da natureza.
 - (D) são apenas as declarações de vontade lícitas.
 - (E) não constituem fato jurídico de nenhuma espécie.
-
52. O negócio jurídico
- (A) pode ser unilateral ou bilateral.
 - (B) é sempre bilateral.
 - (C) é sempre unilateral.
 - (D) exige sempre a forma escrita.
 - (E) exige, em regra, a forma escrita, salvo nos casos em que a lei expressamente dispuser em contrário.
-
53. De acordo com o Código Civil, são modalidades de extinção das obrigações:
- (A) a compensação e a prescrição, mas não o pagamento.
 - (B) a prescrição e a remissão, mas não a confusão.
 - (C) a novação e o pagamento, mas não a remissão.
 - (D) a confusão e a novação, mas não a compensação.
 - (E) a confusão, a remissão, o pagamento e a compensação.
-
54. Ao pagar uma dívida para com Renato, João entregou-lhe, por desatenção, o dobro do valor devido. Renato, por sua vez, recebeu o dinheiro sem notar que lhe fora feito pagamento a maior. Dois meses depois, ao perceber o próprio equívoco, João cobrou a devolução do montante pago a mais, porque Renato havia se enriquecido à sua custa sem justa causa. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Renato
- (A) não será obrigado a restituir o montante indevidamente auferido, já que não agiu de má-fé.
 - (B) não será obrigado a restituir o montante indevidamente auferido, já que João não deduziu reclamação no mesmo dia em que foi feito o pagamento.
 - (C) será obrigado a restituir o montante indevidamente auferido corrigido monetariamente.
 - (D) será obrigado a restituir o montante indevidamente auferido, sem correção monetária, mas apenas se ainda dispuser do dinheiro.
 - (E) será obrigado a restituir o montante indevidamente auferido, porém sem correção monetária.
-
55. De acordo com o Código Civil, os bens fungíveis
- (A) tanto podem ser móveis quanto imóveis, ao passo que os bens consumíveis são necessariamente móveis.
 - (B) são aqueles que servem a função típica determinada pela lei, ao passo que os bens consumíveis são tão somente aqueles destinados à alienação.
 - (C) não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, ao passo que os bens consumíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, com exceção dos destinados à alienação.
 - (D) podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, ao passo que os bens consumíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
 - (E) são aqueles que servem a função típica determinada pela lei, ao passo que os bens consumíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.



Noções de Direito Processual Civil

56. De acordo com o Código de Processo Civil, a revelia
- (A) impede que o juiz determine a produção de provas.
 - (B) não impede que o revel intervenha no processo.
 - (C) induz presunção absoluta de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
 - (D) induz presunção relativa de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
 - (E) impõe o julgamento antecipado do mérito.
-

57. De acordo com o Código de Processo Civil, a reconvenção
- (A) pode ser proposta independentemente do oferecimento de contestação.
 - (B) deve ser apresentada por petição autônoma, no prazo da contestação.
 - (C) segue a mesma sorte da ação principal, cuja extinção ou desistência obsta o seu prosseguimento.
 - (D) é cabível, independentemente de qualquer requisito, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
 - (E) é cabível no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis apenas se a pretensão reconvenicional for conexa com a ação principal ou com fundamento da defesa.
-

58. Acerca das provas, considere:

- I. As provas não podem ser determinadas de ofício, pelo juiz.
- II. O juiz poderá admitir a prova emprestada, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- III. Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- IV. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, não podendo o juiz distribuir o ônus de modo diverso.

De acordo com o Código de Processo Civil, é correto o que se afirma APENAS em

De acordo com o Código de Processo Civil, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-

59. De acordo com o Código de Processo Civil, no processo de execução
- (A) não se admite como parte, em sucessão ao exequente originário, o sub-rogado convencional.
 - (B) o exequente pode desistir da execução independentemente da concordância do executado, ainda que hajam sido opostos embargos versando sobre questão de fato.
 - (C) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
 - (D) a competência será sempre do juízo do foro do domicílio do executado.
 - (E) a competência poderá ser do juízo do foro do domicílio do exequente ou do local dos bens do executado, vedada eleição do foro.
-

60. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis,
- (A) admitem-se todas as formas de intervenção de terceiros.
 - (B) processam-se as causas relativas a acidente do trabalho de valor não excedente a quarenta salários mínimos.
 - (C) podem ser parte as pessoas físicas, capazes e incapazes.
 - (D) não podem ser parte as pessoas físicas cessionárias de direito de pessoas jurídicas.
 - (E) as partes poderão litigar sem advogado, independentemente do valor da causa.
-